



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 462/2020

ORDEM DE SERVIÇO Nº 10/2021

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL – COREN-RS, Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73, inscrito no CNPJ sob nº 87.088.670/0001-90, inscrição estadual isenta, situado na Avenida Plínio Brasil Milano, nº 1155, Porto Alegre/RS, neste ato representado pela Presidente Enfermeira Rosangela Gomes Schneider, no uso de suas atribuições, denominado **CONTRATANTE**, vem por meio desta, autorizar a contratação da empresa **WALTECH OBRAS DE ACABAMENTO EIRELI**, inscrito no CNPJ sob o nº 33.861.015/0001-01, denominada **CONTRATADA**, conforme proposta contida no Processo Administrativo nº 462/2020, com a seguinte descrição:

Prestação de serviço de confecção e pintura de 04 (quatro) paredes de gesso acartonado (drywall), com isolamento acústico e pintura finalizadora na cor mais próxima possível da original, fosca, lavável e inodora, para 03 (três) salas distintas da sede do Coren-RS.

EMPRESA CONTRATADA

**WALTECH OBRAS DE ACABAMENTO EIRELI
CNPJ nº 33.861.015/0001-01**

DOS VALORES

Valor total desta ordem de serviço (OS) é de R\$ 4.890,00 (quatro mil e oitocentos e noventa reais).

FORMA DE EXECUÇÃO

A contratada deverá fornecer o material/serviço abaixo relacionado, conforme especificação do item discriminado:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE E LOCALIZAÇÃO
ITEM 1 - Contratação de serviços de confecção de paredes de gesso acartonado (drywall), para 3 (três) salas de departamentos distintos localizados na sede do Coren-RS	04 (quatro) paredes, sendo 3 delas em duas salas localizadas no 2º pavimento da sede (01 - sala coordenação Administrativo e 02 - sala Processos Éticos) e uma parede no 3º pavimento (sala da Ouvidoria)
ITEM 2- Contratação de serviços de pintura de paredes de gesso acartonado, tinta acrílica, sem brilho (fosca), inodora, lavável, cor a combinar, em apenas um de seus lados/superfícies	04 (quatro) paredes (mesmas localizações do ITEM 1)

As 04 (quatro) paredes deverão ser confeccionadas no prédio sede do Coren-RS, sendo:

a) agendamento de dia e horário para os serviços, em contato com fiscal da execução contratual e/ou Departamento Administrativo, em dia/horário que não comprometa o funcionamento das salas e/ou demais salas e setores localizados no andar, preferencialmente.

b) pintura com tinta acrílica sem brilho/fosca lavável, inodora e de secagem rápida, nas cores já existentes e/ou autorizadas previamente pelos ordenadores e demandantes, conforme metragem e localização a seguir:

b.1) 01 (uma) parede de gesso acartonado com isolamento acústico com 2,40m de largura X 2,40m de altura e pintura finalizante em cor a combinar, sobressalente à parede já existente (que possui porta e janela de vidro) na divisa entre Departamento Administrativo (sala coordenação) e Departamento de Recursos Humanos – 2º andar;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

b.2) 02 (duas) paredes de gesso acartonado com isolamento acústico com 4,00m de largura X 2,40m de altura cada, com pintura em cor a combinar, sobressalentes às paredes já existentes (ambas possuem portas), construídas dentro do Departamento de Processos Éticos, dividindo este da sala da coordenação do Departamento de Fiscalização e da sala das Enfermeiras Fiscais do Coren-RS – 2º andar

b.3) 01 (uma) parede de gesso acartonado com isolamento acústico com 5,30m de largura X 2,40m de altura e pintura finalizante em cor a combinar, sobressalente à parede já existente (que possui porta) na divisa entre Departamento de Ouvidoria do Coren-RS e sala Plenária do Conselho – 3º andar;

Todos os serviços deverão ser realizados em conformidade com a ABNT NBR 16726:2019 e/ou outras adequadas ao material que será utilizado para o isolamento acústico das paredes, bem como uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs - necessários para a execução do serviço e para evitar o contágio ou contaminação pela COVID-19.

A Contratada fica proibida de realizar os serviços caso não observe as normas de segurança exigidas. O Contratante fica autorizado a determinar a suspensão dos serviços até que seja realizado as adequações necessárias à segurança.

A prestação ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, encargos sociais, impostos, além das decorrentes do cumprimento das obrigações trabalhistas, taxas, impostos, sem qualquer ônus ao COREN-RS;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

b) Efetivar a entrega dos materiais, nas quantidades e especificações constantes do Projeto Básico e nos prazos estabelecidos.

c) Comunicar ao fiscal da execução dos serviços em até 02 (dois) dias úteis antes do prazo estabelecido para entrega, se ocorrerem motivos que impossibilitem o seu cumprimento;

d) Reparar, corrigir e remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o(s) material(is) em que se verifique(m) dano(s), bem como, providenciar a substituição do(s) mesmo(s), no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, contado da notificação que lhe for entregue oficialmente.

e) Independente da transcrição neste tópico, fica a contratada obrigada a cumprir todas as exigências estabelecidas no Projeto Básico.

f) Realizar todos os serviços em conformidade com a ABNT NBR NBR 16726:2019 e/ou outras adequadas ao material e considerando os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a) Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições assumidas por ocasião da assinatura do contrato;

b) Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) produtos e/ou serviços prestados ou entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa;

c) Comunicar a empresa, por escrito, eventuais anormalidades de quaisquer espécies, prestando os esclarecimentos necessários, determinando prazo para a correção das falhas;

d) Designar um servidor e seu substituto para acompanhar e fiscalizar os serviços objeto do presente contrato;

e) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da empresa CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos no presente contrato



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

f) Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

FORMA DE PAGAMENTO

Deverá ser apresentada no Departamento Financeiro do COREN-RS a Nota Fiscal/Fatura, emitida em duas (2) vias, devendo conter no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição do objeto, o número da Ordem de Serviço, o número da Nota de Empenho (229/2021) e o número da conta bancária da Contratada para depósito do pagamento, o qual deverá ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao recebimento do material, deduzidos os tributos eventualmente incidentes.

Na hipótese de Nota Fiscal/Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, o Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, de acordo com o relatório emitido pela Tesouraria, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, caso em que o Contratante terá o prazo de cinco (5) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar análise e, se for o caso, o pagamento.

O pagamento será efetuado em moeda nacional, após efetivamente atestado pela Divisão responsável pela solicitação do material.

O COREN-RS reserva-se para si o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, a contratada não tiver fornecido o objeto por ela contratado, ou o fornecimento não estiver de acordo com as especificações constantes no Projeto Básico e nesta ordem de serviço.

O não envio das certidões juntamente com as notas fiscais, ou ainda o fato de que as mesmas não estejam disponíveis para emissão, não desobriga o Coren-RS de efetuar o pagamento das notas fiscais que constem serviços devidamente prestados e atestados pelo Fiscal;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

A empresa contratada deverá reter na nota fiscal os tributos incidentes sobre o fornecimento do produto, quais sejam, IR (imposto de renda), contribuições para o PIS/PASEP, COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), considerando o disposto na Lei 9.430/96, Lei 10.833/2003, com última alteração pela Lei 12.207/11 e instrução normativa nº 1234/12 e a natureza jurídica autárquica do contratante.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo COREN-RS, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% a.a (seis por cento ao ano), mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

V = valor a ser pago

I = índice de atualização financeira = 0,0001643.

SANÇÕES

A recusa injustificada dentro do prazo estipulado pelo CONTRATANTE, caracterizar-se-á como inexecução total do contrato, sujeitando a CONTRATADA às penalidades no art. 87, da Lei nº 8.666/93 e ainda ao pagamento de multa equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a defesa prévia, caso a CONTRATADA venha a incorrer em uma das situações previstas no art. 78, incisos I a IX, da Lei nº 8.666/93 e segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes penalidades:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

- a** - advertência por escrito;
- b** – multa moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) ao dia de atraso, até o 5º (quinto) dia após a data fixada para execução do serviço; e 0,07% (sete centésimos por cento) ao dia de atraso a partir do 6º (sexto) dia, calculada sobre o valor total do contrato;
- c** – multa compensatória equivalente ao valor integral do serviço não prestado, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, pela rescisão determinada por ato unilateral do CONTRATANTE, nos casos previstos nos incisos I a XI do Art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- d** – suspensão temporária de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- e** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no termo do artigo 87, da Lei 8.666/93.

As multas estabelecidas nas alíneas “b” e “c” do item anterior são independentes entre si e serão aplicadas pela autoridade competente, sendo que seu recolhimento deverá ser efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação da CONTRATADA, não impedindo que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato.

As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do item anterior poderão ser aplicadas concomitantemente com as alíneas “b” e “c” facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data em que a CONTRATADA tomar ciência.

Em quaisquer dos casos previstos nas sanções administrativas, será dado à CONTRATADA o direito ao contraditório e a ampla defesa.

As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais e as justificativas só serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos comprováveis a critério da autoridade competente e, desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que a CONTRATADA tomar ciência.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

DA JUSTIFICATIVA

A presente ORDEM DE SERVIÇO é oriunda do Processo Administrativo nº 462/2020, sendo que o Projeto Básico, bem como a proposta apresentada pela CONTRATADA, fazem parte integrante desta, como se nela estivessem transcritas, não podendo as partes deles se afastar.

FISCAL DA EXECUÇÃO

É nomeada fiscal da execução da presente Ordem de Serviço a Sra. Ádina Ramos Collares.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2021.

Rosangela Gomes Schneider
COREN-RS 42.185 - ENF
Presidente